

Legitimação do campo econômico-político no discurso jornalístico sobre alterações climáticas

Cláudia Herte de Moraes¹

Ilza Maria Tourinho Girardi²

Resumo

A partir da emergência da problemática ambiental como sendo de fundo político e econômico, abordam-se as questões da construção discursiva que levam à legitimação dos campos em disputa. Nossos objetivos são: a) discutir as potencialidades dos meios de comunicação como agentes do discurso político em relação ao tema "alterações climáticas"; e b) refletir sobre a legitimação do campo econômico no discurso do jornalismo sobre meio ambiente. Apresentam-se os pressupostos teóricos da pesquisa que envolve jornalismo e análise do discurso, bem como alguns resultados do estudo que analisa a cobertura das Conferências do Clima nos anos de 2009 e 2010 pelas revistas brasileiras, complementando com material de duas revistas portuguesas em 2009.

Palavras-chave: Discurso político-econômico. Alterações climáticas. Análise do discurso. Jornalismo ambiental. Revistas.

Abstract

From the emergence of the environmental issue as being substantive political and economic, it approaches the issues of discursive construction that leads to the legitimacy of the fields in dispute. Our goals are: a) to discuss the potential of the media as agents of political discourse in relation to the topic "climate change"; and (b) reflect on the legitimacy of the field in economic discourse of journalism on the environment. Presents the theoretical assumptions of the research that involves journalism and discourse analysis, as well as some results of the study that analyzes the coverage of *Climate Change Conference* in the years 2009 and 2010 by Brazilian magazines, complementing with material of two portuguese magazines in 2009.

Keywords: Political discourse-economic. Climate change. Discourse analysis. Environmental journalism. Magazines.

Agência do discurso político em relação ao tema alterações climáticas

A questão ambiental tornou-se de apelo mundial a partir de 1972 com a organização da Conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano), na Suécia. O evento aprovou a *Declaração sobre o Ambiente Humano* e incentivou países e organizações internacionais para a luta ambiental,

¹ Jornalista, mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), doutoranda em Comunicação e Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus de Frederico Westphalen.

² Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

destacando a informação como instrumento de combate à crise ambiental. A Organização das Nações Unidas (ONU) criou um órgão responsável pelo tema, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) que gerou também um *Plano de Ação Mundial*.

Combinando-se a estas ações políticas, o próprio aparecimento dos impactos da exploração humana no meio ambiente, chamam a atenção especialmente com a descoberta do buraco da camada de ozônio, a partir de pesquisas realizadas desde os anos 1970. A Convenção de Viena (1985) já estabelecia a proteção da camada de ozônio, e, em 1987, foi proposta pelo Protocolo de Montreal a redução das emissões dos gases clorofluorocarbonos (CFC), prejudiciais à camada de ozônio. Assim as questões ambientais tiveram maior aparição nos meios de comunicação.

[...] a ecologia só deixou de ser assunto de alguns poucos círculos a partir do momento em que as agressões ao meio ambiente, como a poluição atmosférica, a destruição das florestas, a ameaça à camada de ozônio, os acidentes nucleares, apareceram para a opinião pública como importantes atentados à sobrevivência da humanidade. Nos anos 80, uma reviravolta nas mídias de massa, já então sensibilizadas por estas questões, contribuiu para o aumento do público dos movimentos de ecologia política (GUATTARI, 2000, p. 15).

Verifica-se que, no discurso de entidades sociais, governamentais ou não governamentais, o meio ambiente³ é ponto cada vez mais recorrente nas últimas décadas. Para Schmidt (1999), a sociologia contemporânea aborda as questões ambientais por duas vias diferentes:

Uma busca na nova relação entre o homem e a natureza o objecto específico de uma sociologia do ambiente — é o caso de Dunlap e Catton nos EUA. Outra encontra na sociologia do ambiente sobretudo uma expressão crítica dos problemas da modernidade, em articulação com a mediatização da vida social — são os casos de Giddens e Beck (SCHMIDT, 1999, p. 177).

As mudanças climáticas são consideradas um fenômeno de grande repercussão mundial. Viola (2008) aponta que “os problemas de mudança climática estão vinculados aos bens comuns/coletivos globais”. A atmosfera, comum a todos, tem uma capacidade limitada de absorção de poluentes. “[...] Em vista dessa limitação, as cúpulas e as convenções internacionais da última década atribuíram à atmosfera o estatuto de 'preocupação comum da humanidade', e os problemas de seu

³ “Meio ambiente é um conjunto de fatores naturais, sociais e culturais que envolvem um indivíduo e com os quais ele interage, influenciando e sendo influenciado por eles”. (LIMA-E-SILVA, 1999, *apud* TRIGUEIRO, 2008, p. 77).

uso foram consensualmente vinculados à construção de regimes internacionais.” (VIOLA, 2008, p. 189).

Os parâmetros internacionais para as mudanças climáticas estão baseados em acordos entre países, especialmente a partir da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (assinada no Rio de Janeiro, em 1992) e o Protocolo de Quioto (Japão, 1997). As Nações Unidas criaram em 1988 o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change) que passou a avaliar o tema e a subsidiar os acordos a partir de então⁴.

O tema das alterações climáticas está se transformando em algo que supera as dimensões de um problema ambiental. Isso porque passa a ser abordado por grandes lideranças políticas, em debates internacionais e focados especialmente nos seus desdobramentos econômicos e políticos. Para Giddens (2010), a política da mudança climática tem que lidar com chamamos de “paradoxo Giddens”:

Visto que os perigos representados pelo aquecimento global não são palpáveis, imediatos ou visíveis no decorrer da vida cotidiana, por mais assustadores que se afigurem, muita gente continua sentada, sem fazer nada de concreto a seu respeito. No entanto, esperar que eles se tornem visíveis e agudos para só então tomarmos medidas sérias será, por definição, tarde demais. (GIDDENS, 2010, p. 20)

Para Giddens (2010), na área da mitigação das mudanças climáticas, os mercados têm papel para além do comércio de emissões, pois sempre que possível atribuir preço a um bem ambiental isto deve ser feito, pois a competição irá aumentar a eficiência. Por outro lado, o autor propõe ao campo político algumas medidas para atuar em função das mudanças climáticas visto considerar o poder estatal como um “ator importantíssimo”: “Não há como obrigar os Estados a assinarem acordos internacionais e, mesmo que eles optem por fazê-lo, a implementação de qualquer acordo será, em larga medida, de cada Estado” (GIDDENS, 2010, p. 23). Além disso, os acordos são criticados por sua falsa abrangência global e por conferir legitimidade sem, no entanto, garantias de que há maior justiça ou gestão ambiental.

Por conta de diferentes estruturas institucionais e movimentos sociais, passamos a verificar um incremento da cobertura jornalística realizada em vários

⁴O termo *mudança do clima* usado pelo IPCC refere-se a qualquer mudança no clima ocorrida ao longo do tempo, devida à variabilidade natural ou decorrente da atividade humana. [...] O aquecimento do sistema climático é inequívoco, como está agora evidente nas observações dos aumentos das temperaturas médias globais do ar e do oceano, do derretimento generalizado da neve e do gelo e da elevação do nível global médio do mar.” (IPCC, 2007, p. 3, p. 8)

países e por isso, do ponto de vista da representação social do meio ambiente, parece importante o papel do jornalismo nesta produção discursiva sobre o tema. Concordamos com Carvalho (2011), que afirma que as representações e discursos são construídos ao longo de um tempo maior, contando com o debate entre diferentes atores sociais, ou seja, “o atual estatuto científico, social e político de uma questão como as alterações climáticas não foi subitamente adquirido” (p. 23).

Como uma questão pública, as mudanças climáticas também são atravessadas pelas produções discursivas a partir do campo do jornalismo, que tem atuação relevante na definição simbólica dos debates. Aqui, utilizamos o conceito de campo social a partir de Bourdieu (1997, p. 65-67), para o qual há “um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação”. Assim, um campo é constituído por um conjunto de pressupostos e de crenças partilhadas, inscritas em certo sistema de categorias de pensamento.

A criação do público e da opinião pública é considerada fundamental para a democracia moderna. No entanto, o mesmo espaço midiático pode deteriorar a esfera do debate, na medida em que não dá conta das necessidades de informação dos cidadãos. Neste ponto, a sociedade da comunicação de massa, do espetáculo, pode atuar de maneira anestésica, dificultando a ação política de determinados grupos, enquanto protege aqueles que dominam a cena política.

Concordamos com Karam (2004, p. 260), quando afirma que “junto com outras atividades, o jornalismo tem potencialidades emancipadoras, como a de qualificar o sentido comum de entendimento social sobre o entorno imediato, sobre o passado que se acumula no presente”. O jornalismo tem uma responsabilidade que deve cumprir, com a organização dos conteúdos para os quais será direcionada a atenção pública. As mudanças climáticas devem ser uma causa essencial, para qual o jornalismo traz sua contribuição ao direcionar o olhar e ofertar os sentidos sobre o tema.

A legitimação do campo econômico no discurso do jornalismo

Pode-se afirmar que, na análise das disputas discursivas na esfera dos meios, estas se dão tanto pela lógica simbólica (meta ideal) quanto pela pragmática (regras institucionalizadas para atingir os objetivos), na perspectiva de Charaudeau (2009). A informação é essencialmente uma questão de linguagem, “e a linguagem não é

transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo” (CHARAUDEAU, 2007, p. 19).

Apresentamos a prática jornalística por meio do discurso sobre alterações climáticas, buscando discutir de que forma prometem e escrevem “consensos” à sociedade, a respeito da ordem de problemas envolvidos.

A grande mídia geralmente adere ao pensamento único pelo viés econômico. “No entanto, as consequências da informação ou da desinformação jornalística são relevantes do ponto de vista da formação da cidadania e do acesso democrático e imediato a diferentes setores sociais onde se produzem ações e declarações – enfim, eventos de qualquer ordem que beneficiam ou prejudicam as pessoas, isto é, a vida individual e a sociabilidade” (KARAM, 2004, p. 232).

A enunciação jornalística se estabelece a partir de uma configuração do acontecimento, que deve ser esclarecido, explicado por ela. Desta forma, os veículos de comunicação fazem um discurso deles próprios, com marcas da sociedade na qual estão inseridos, com um *ethos* instituído pela própria atividade autorizada de produzir discursos, que pressupõe regras básicas e um lugar de enunciação que confere ao indivíduo, o jornalista, esta capacidade. Neste caso, de relatar o fato, de denunciar os problemas, de investigar, de reportar – de conferir noticiabilidade. Esta ideia está ligada à questão de autoridade de enunciação. O discurso é autorizado e eficaz porque é assim reconhecido.

Para que um acontecimento possa ser depreendido, é necessário que se produza uma modificação no estado do mundo fenomenal, geradora de um estado de desequilíbrio, que essa modificação seja percebida por sujeitos (ou que estes julguem que houve modificação) num efeito de “saliência”, e que essa percepção se inscreva numa rede coerente de significações sociais por um efeito de pregnância (CHARAUDEAU, 2007, p. 99-100).

Para Charaudeau (2007), o acontecimento midiático segue três tipos de critérios: de atualidade (princípio de modificação), de expectativa (princípio de saliência); e socialidade (princípio de pregnância). Os acontecimentos são trazidos ao público seguindo as regras do contrato de informação midiática⁵ que é marcado pela contradição: “Finalidade de fazer saber, que deve buscar grau zero de espetacularização da informação, para satisfazer o princípio de seriedade ao produzir

⁵ Charaudeau (2007) define contrato de comunicação como um acordo prévio sobre os dados de um quadro de referência (de cointencionalidade) que liga os parceiros na linguagem, portanto antes das intenções ou estratégias particulares, há um contrato de comunicação.

efeitos de credibilidade; finalidade de fazer sentir, que deve fazer escolhas estratégicas apropriadas à encenação da informação para satisfazer o princípio de emoção ao produzir efeitos de dramatização” (CHARAUDEAU, 2007, p. 92).

A seguir, apresentaremos análises realizadas sobre o corpus a partir da metodologia da Análise do Discurso de linha francesa. Com isso, busca-se compreender como os sentidos são construídos a partir da apresentação de sua materialidade linguística, ou seja, o texto que é publicado pelo jornal. Entendemos, assim como Pêcheux (1969), que "o instrumento da prática política é o discurso, ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social" (HENRY, 1997, p. 24).

Análise dos discursos sobre os campos econômico e político nas revistas

Apresentamos os dados de uma análise discursiva sobre as mudanças climáticas que fazem parte de um estudo maior sobre a cobertura de revistas brasileiras e portuguesas acerca da 15ª e da 16ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC), realizadas em 2009, na Dinamarca, e em 2010, no México, respectivamente⁶. Os dados são aqui recortados com o objetivo de demonstrar como os campos econômico e político são referenciados pelas publicações.

Utiliza-se a metodologia da Análise do Discurso de linha francesa, com destaque para a noção de Formação Discursiva (FD). Uma FD é “entendida como o domínio do saber constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito, mas também o que não pode, não deve ser dito” (INDURSKY, 1998, p. 115). O analista observa a FD a partir de Sequências Discursivas que se repetem e que direcionam o sentido do texto.

O período de coleta das reportagens foi de 5 a 20 de dezembro de 2009 nas revistas *Veja*, *IstoÉ*, *Época*, *Carta Capital*, *Sábado* e *Focus*, que são referência no

⁶ A Conferência das Partes (COP) é o órgão supremo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC). É uma associação de todos os países-membros, as Partes, que se reúne anualmente por duas semanas, desde 1995. Participam dessas reuniões delegados governamentais, organizações observadoras e jornalistas. Objetivo é avaliar o estado das alterações climáticas e a eficácia do tratado da convenção, examinar as atividades dos países-membros e discutir novos mecanismos e metas (UNFCCC, 2011).

Brasil e em Portugal. Em 2010, por ocasião da COP16, analisamos as revistas brasileiras, com dados encontrados apenas em IstoÉ, e Época, em suas edições de 27 de novembro a 12 de dezembro de 2010. Nesse ano, por impossibilidade de aquisição das publicações portuguesas, não as incluímos na pesquisa.

Os discursos foram analisados a partir de duas correntes propostas por Caporal e Costabeber (2000). A corrente ecotecnocrática, calcada em alicerces econômicos, é uma construção de ideias que aponta soluções para as mudanças climáticas através das novas tecnologias e mecanismos de mercado. Não critica os padrões desenvolvimentistas e de consumo, mas busca adaptá-los para mitigar seus efeitos sobre o clima. Teoricamente, afasta-se dos conceitos de ecologia por manter a imagem da natureza como objeto dissociado da sociedade e a disposição para exploração pelo homem, visão presente na sociedade ocidental desde a revolução industrial.

Já a corrente ecossocial leva em consideração a disparidade econômica e social entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, criticando e pondo em xeque as propostas de cunho mercantil. Os partidários desta linha apontam que mecanismos de taxação por dano ambiental e compensação de danos acabariam por autorizar os países capitalizados a poluírem, uma vez que estes “compram” o direito de fazê-lo. Esta corrente problematiza o consumo ilimitado das sociedades modernas e prega uma mudança na relação do homem com a natureza, com respeito às diferentes culturas e modos de vida.

Revista Veja

O campo econômico é considerado o principal na abordagem de Veja pelo enfoque dado à sua cobertura especial da COP15. A revista optou por duas questões específicas e evidentemente afeitas à economia: a necessidade de alimentação para uma população crescente (e os avanços tecnológicos que prometem aumento da produtividade) e, segundo, a questão polêmica do Código Florestal, debate que aciona também os campos político e ambiental. As marcas encontradas nos textos definem a relação da economia com o meio ambiente: preço da conservação, indenização por áreas preservadas, revolução verde, avanços tecnológicos, tecnologias de produção, biotecnologia, produtividade, modernização das lavouras, expansão da fronteira agrícola.

Vejamos alguns exemplos de sequências discursivas (SD):

SD1 - A questão central – como fazer para conciliar crescimento econômico com ações de redução de emissões de gases de efeito estufa – se unirão os lobbies da indústria do petróleo e do carvão e a turma que fez da molécula de CO2 a nova trincheira na guerra para sabotar o capitalismo. (Veja, 09/12/2009)

*SD2: A preservação da Amazônia **tem um preço**. Para evitar que a devastação continue, é necessário **compensar** madeiras, mineradoras e empresas agropecuárias (...) é preciso **indenizar** ribeirinhos e índios (...) Por último, há que assegurar recursos para manter as reservas já demarcadas. (09/12/2009)*

*SD3: Apesar de ainda despertar um sem-número de polêmicas, a **engenharia genética** é vista como a **salvação para o futuro da comida no planeta**. "(...) Isso eleva os **ganhos de produtividade** em até 10%", afirmou à VEJA Rodrigo Santos, diretor da Monsanto. (16/12/2009)*

A preservação da Amazônia é colocada em termos econômicos, a partir de um estudo publicado pela revista *Science*. Com o uso de mecanismos de indenizações e compensações, a floresta estaria salva. O aquecimento global, como um tema geral, também é discutido com base nas influências e jogo econômico de companhias de energia. Enquanto que os ambientalistas estariam atuando na redução de gases para “sabotar o capitalismo” e, ainda, estabelecem a busca de tecnologias limpas como mais importante que a redução de emissões. Os demais enfoques mostram a escassez de alimentos e a importância da “revolução verde”, apontando a busca de soluções em bases tecnológicas, que permitem aumento da produtividade como a melhor saída. Outro ponto abordado neste viés econômico-tecnológico é a adoção da engenharia genética, na qual aparece a fonte da empresa Monsanto, reconhecida no fomento ao uso de transgênicos no mundo.

Com a análise das reportagens de *Veja* podemos considerar que a visão de mundo está baseada nos campos econômico, científico e ambiental. Pelo viés econômico, a revista aborda a possibilidade de reversão do quadro de escassez de alimentos prevista pela superpopulação mundial, que afetará também os índices de emissão de gases de efeito estufa. Na área científica, há uma forte crítica à falta de dados definitivos para o aquecimento global. No campo ambiental, há uma certa desconfiança em relação aos alertas ambientalistas, porém justifica a necessidade de acordos de prevenção, baseada em eventos climáticos extremos já em evidência nos últimos anos.

O campo político é o mais acionado durante o mês da cobertura da COP15. As marcas do político na IstoÉ podem ser apreendidas pelo uso recorrente de palavras e expressões que remetem ao aspecto da negociação, tais como meta, plano de ação, lobby, carta de intenções, documento oficial, discussão, acordo. Ao lado disso, as questões de resultado aparecem com frequência, destacando-se: perspectivas ruins, sabor do fracasso, sopro de esperança, deserto de soluções. A título de exemplo, citamos os seguintes trechos:

*SD4: Enquanto os mais pobres **esperam** uma posição de liderança por parte do Brasil, os países do G-8 prometem cobrar **ações concretas de nossos políticos (...)** (09/12/2009)*

SD5: O consenso que falta: o ecológico. A mudança no rumo do desenvolvimento só será possível se o mundo deixar de ser uma grande fábrica de papéis financeiros que têm origem na necessidade de consumo inconsciente e desenfreado. (IstoÉ, 22/12/2009)

*SD6: Deveria ter sido um sopro de esperança para o planeta. Acabou como um **deserto de soluções**. (...) Depois de duas semanas de reuniões, protestos, declarações desencontradas e jantares suntuosos, os **principais líderes mundiais** e suas delegações **fracassaram** na tentativa de formular um acordo amplo, capaz de estabelecer metas claras para a redução na emissão dos gases causadores do efeito estufa. Saiu de lá apenas um **esboço de uma declaração política** de cooperação entre as 192 nações presentes ao encontro. (22/12/2009)*

Com a análise discursiva, é possível apontar que o tom da revista é inicialmente mais neutro em relação ao encontro, sendo que a partir do início da COP15 passa a ser de uma negociação ou diálogo, porém com descrença nos resultados efetivos. O campo político é tratado como um grande palco de atuação, semelhante a algum teatro, em que personalidades discursam em benefício próprio. São poucos os avanços reais das negociações para a resolução dos problemas ambientais relacionados às mudanças climáticas. Por isso, o tom da revista é crítico e aponta um grande fracasso da política.

A abordagem das mudanças climáticas pela revista IstoÉ direciona-se especialmente às contingências políticas do problema, em função da própria conferência de Copenhague (COP15). No nível secundário, aparece o viés ambiental, de forma muito ligado ao social, na medida em que a maioria dos resultados catastróficos apontada pela revista envolve populações e suas necessidades básicas. Os movimentos de consumo consciente, desenvolvimento sustentável e a crítica histórica, social e econômica da sociedade também aparecem. Os dados demonstram

o papel central da ciência na produção de fontes, provas, documentos e na argumentação a respeito do aquecimento global e dos problemas atuais e futuros daí decorrentes, ou seja, as abordagens política e ambiental estão baseadas no campo científico.

O campo político é o mais acionado na cobertura da COP16. Aparece o tom de expectativa em relação aos resultados da conferência, porém sobressaem-se os efeitos que indicam o fracasso nas negociações e a falta de acordo entre os países. A título de exemplo, citamos os seguintes trechos:

*SD7: Outra diferença do evento de Cancún é que **não veremos os holofotes** da edição anterior, que contou com os principais líderes mundiais. (01/12/2010)*

*SD8: A COP16 começou mal. Se as expectativas já eram baixas antes mesmo do início da Conferência do Clima, na semana passada em Cancún (México), o Japão enterrou de vez as esperanças de um acordo global. O país, uma potência econômica responsável por grandes emissões de gases do efeito estufa, divulgou logo no segundo dia do evento que **não assinaria uma extensão** do Protocolo de Kyoto. (08/12/2010)*

A abordagem da revista IstoÉ em relação à COP16 foi monocausal, expressando apenas as questões do campo político, citando algumas consequências do aquecimento global, porém a questão das mudanças climáticas não foi explorada pela publicação. Pensando apenas no campo abordado, a visão de mundo aponta apenas para uma divisão clara entre os países mais ricos e os mais pobres, e o quanto cada país, industrializado ou em desenvolvimento, perde ou ganha com os acordos pensados em relação ao clima. Joga, portanto, um papel preponderante e quase que exclusivo ao poder e à política na definição do caminho a seguir.

Revista Época

A revista Época apresentou o campo econômico como um espaço de grande mobilidade em relação ao tema mudanças climáticas. As grandes economias do mundo, representadas pelo G20 terão, conforme a publicação, o papel preponderante na definição das políticas de redução de emissão de gases de efeito estufa, certamente por serem, também, as maiores poluidoras. A questão econômica aparece também no sentido do financiamento dos custos para a adoção de tecnologias não poluidoras e como um aspecto muitas vezes impeditivo para a

tomada de decisões políticas, devido ao alto custo de implantação de uma economia direcionada ambientalmente.

A seguir alguns trechos em que este enfoque é colocado:

SD9: Diluídos ou não, os custos altos hoje são um argumento para retardar qualquer plano para reduzir as emissões. Mesmo que os países assumam compromissos nominais, a ação só ocorrerá se houver acordo interno. (7/12/2009)

SD10: A CNI revelou que 75,6% das grandes empresas adotaram, nos últimos dois anos, alguma medida de redução ou de controle da emissão (essa proporção cai para 47,1% entre as pequenas). (14/12/2009)

SD11 - São 6 milhões de pessoas que ainda vivem praticamente da coleta e da caça. Eles cuidam de 35% da região, território equivalente a todos os Estados do Sudeste. [...] Essas florestas geridas pelos coletores têm metade da taxa de desmatamento dos parques, mais vulneráveis ao fogo e a invasões por madeireiros e pecuaristas (Época, 14/12/2009).

Com estes pequenos trechos podemos visualizar que a revista aponta o setor econômico como um espaço privilegiado, no qual os cálculos são feitos prevendo o gasto (e o possível lucro) com as mudanças climáticas. O clima de incerteza e ao mesmo tempo de urgência na procura de soluções já está definindo algumas ações de empresas em conjunto com moradores da Amazônia, algumas até mesmo pelo marketing verde. A economia brasileira é considerada um grande filão de investimento, e alguns casos de sucesso são contados pelas reportagens, demonstrando que os gastos iniciais são altos, porém a expectativa é de vantagens competitivas posteriores. Mostra ainda um setor preocupado com as questões ambientais e alguns grandes investimentos para um mundo não dependente do petróleo, no qual inovações tecnológicas de diversas áreas estão sendo construídas.

Já o campo político é mostrado sob pressão. As reportagens da revista Época mostram que é preciso que os governantes decidam investir no tema, dado a urgência do problema. Cita a campanha da ONG Greenpeace, em que líderes mundiais, entre eles o então presidente Lula, pedem desculpas pelas catástrofes em 2020. Ao mesmo tempo, apontam as dificuldades de negociação entre países ricos, emergentes e pobres. Mecanismos de troca de créditos, fundo para ajuda aos pobres, entre outras ações, são considerados fundamentais.

Na cobertura da COP16, as reportagens da revista Época apontam as faltas de vontade ou habilidade que têm, como consequência, poucos avanços significativos após a COP15 do campo político e governamental.

SD12: As intenções são boas, os avanços não. Ao longo de 2010, nenhum país se manifestou para desenhar um fundo de médio prazo. Os ricos tampouco acenaram seus dólares para as nações pobres, mais afetadas pelo aquecimento (29/11/2010).

A abordagem do campo político da revista Época traz destaque aos grandes problemas ambientais associados ao aquecimento global e expectativas quanto às ações governamentais na conferência. Porém, o tom é de descrença em relação aos resultados. Os entraves do congresso americano e a ausência de caminhos efetivos após a COP15 são destacados como fatores definidores da situação da COP16. Por fim, destaca-se que o campo político é pressionado pela urgência do tempo e do aumento das mudanças climáticas que já são realidade, além do estabelecimento de um acordo para futuras emissões.

Carta Capital

O campo político-econômico é apontado pela revista Carta Capital como a saída para o problema das mudanças climáticas, em função da chamada “economia de baixo carbono”. Ao mesmo tempo, mostra que a realidade dos países desenvolvidos ou que têm mais poder não demonstram este interesse de efetuar os investimentos necessários. Na primeira semana, a revista aponta certo otimismo pelas fontes ouvidas, mas alerta para a dificuldade de um acordo global sobre o tema.

Na área da política, a revista traz a visão de que tanto os políticos quanto a opinião pública não estão mobilizados o suficiente para a redução das emissões. Carta Capital, no entanto, aponta para uma posição de precaução, pois não há como ter certeza sobre as mudanças climáticas e suas consequências.

Verifica-se que a visão econômica é preponderante e que está em discussão o gasto ou os investimentos necessários para esta nova economia. Neste sentido há entraves políticos na negociação, na medida em que há interesse em responsabilizar também os países em desenvolvimento pelas emissões e não onerar os países ricos.

Por fim, pode-se afirmar que a visão de mundo trazida pelas reportagens da Carta Capital é de linha da sustentabilidade tecnocrática por estar vinculada essencialmente ao pensamento e discurso liberal, em que o importante é manter o crescimento econômico continuado e atuando por mecanismos de mercado, tal qual o aludido mercado de baixo carbono. Mesmo criticando a tentativa de um acordo global, que não teria condições de ser feito, a revista não aponta, em contrapartida,

uma outra possibilidade, a não ser a via da negociação política entre os países. Embora reconhecendo algumas contradições entre ricos e pobres, em relação aos efeitos do aquecimento, as consequências ambientais e sociais estão sempre à sombra da política e da economia, não há espaço para qualquer diversidade de ideias ou culturas.

Revista Sábado

Quanto ao material coletado para a pesquisa no mês de dezembro de 2009, apontamos uma peculiaridade diferenciada nas revistas portuguesas. Em uma das revistas (Sábado), encontramos referências à COP15 apenas no espaço opinativo, tal como colunas e artigos e algumas notas. Porém, a título ainda de perceber como o tema foi focalizado em Portugal, apresentamos a análise dos campos sociais, das marcas dos textos e das visões de mundo, no conjunto total de textos, sem descartar, como no caso brasileiro, os artigos de opinião, notas e entrevistas.

As opiniões dos colunistas da revista Sábado foram expressas especialmente em relação às questões políticas, científicas e econômicas. Os articulistas apresentam um tom de ironia e descrença em relação à ciência e aos políticos, logo, a COP15 não lhes parece um evento válido. Apontam para o surgimento de uma discussão sem debate, e do surgimento ou de uma nova religião ou da mesma política anticapitalista de sempre.

O campo político é censurado por mazelas de corrupção dos governos que estariam vinculados ao capital de empresas que são poluidoras. Há descrença de que haveria um debate na COP15 pois o colunista avalia que falta pluralidade nas opiniões sobre o tema. Desta forma, haveria apenas uma encenação. Neste sentido, o enfoque dos artigos é irônico em relação às posturas ambientalistas defendendo que a tese do aquecimento global é uma força de exercício da política anticapitalista e que pesa especialmente contra as economias desenvolvidas:

*SD13: Mas eles sabem muito bem o que os move: pouco querem saber da saúde do planeta, mas muito querem saber do mundo das empresas, do capitalismo "explorador", dos "tubarões" da finança e dos **governos vendidos** ao capital petrolífero e poluidor. (José Pacheco Pereira)*

SD14 - Como o socialismo clássico, as teses do "aquecimento global" exibem à humanidade o erro das suas escolhas e oferecem-lhe a possibilidade religiosa de redenção. Como o socialismo, as teses do "aquecimento global" são de facto um ataque deliberado às economias dos países desenvolvidos. Como o

socialismo, as teses do "aquecimento global" reclamam alterações ao "modo de produção" capitalista [...] (Alberto Gonçalves, Sábado, 10 a 16/12/2009)

A visão de mundo apontada pelos articulistas da revista Sábado é eurocêntrica, pois não estabelece nenhum debate com outros pontos de vista. Não poupam governos, celebridades, ambientalistas, empresários. Só em um momento deixam claro que haveria um “perdedor”, que seriam exatamente as economias desenvolvidas do mundo. As marcas expressas nesses textos permitem apontar que ainda há um forte viés que nega tanto a ciência quanto a política.

Revista Focus

O campo político é o principal enfoque, na medida em que apresenta a proteção do clima no âmbito mundial como questão principal. As políticas de governo e as definições da economia são destaque nos textos da Focus. As medidas de redução de emissão são colocadas como urgentes, tendo-se como base as definições do IPCC. A revista questiona tanto os emergentes como a China e seu acelerado desenvolvimento quanto as emissões do próprio presidente americano, demonstrando certa desconfiança com o rumo da política de redução de gases, ou da negociação que possa ser feita a partir de interesses tão diversos. Ao mesmo tempo, destaca a atuação da União Europeia a partir da disposição em financiar países em desenvolvimento na busca de tecnologias limpas.

SD15: Anseia-se por uma redução de 50 por cento da poluição já para 2010, contudo será que a China vai ao encontro dessa corrente, ou continuará a correr para casa em cima de suas inevitáveis motoretas? O semáforo ficará vermelho para sempre? (09 a 15/12/2009)

SD16: A contribuição da UE visa potencializar o investimento dos países em vias de desenvolvimento em tecnologia não poluente. (16 a 22/12/2009)

SD17 - A crise mundial conduz à mudança de paradigma. [...] em Copenhaga também se vai falar sobre a cooperação entre Estados para desenvolver tecnologias amigas do ambiente. [...] A capital da Dinamarca é um excelente exemplo na luta contra as alterações climáticas. [...] cerca de 50% dos habitantes vão para o trabalho de bicicleta [...] (Focus, 16 a 22/12/2009).

A revista Focus trouxe especialmente os valores da política e da economia, em primeiro plano, apontando os grandes investimentos para a redução de emissões e na busca de tecnologias mais ecológicas. Desta forma, pode-se dizer que aponta em direção ao discurso liberal e de valorização da tecnociência. Apresenta críticas à

ciência e ao ambientalismo (que seriam muito catastróficos nos alertas e em alguns momentos), demonstra ceticismo tanto em relação à ciência (no caso da definição dos problemas ambientais futuros decorrentes do aquecimento) quanto em relação aos países não europeus (pela falta de disposição política na redução de gases).

Considerações finais

A partir da análise do discurso da cobertura jornalística das 15^a e 16^a Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC), realizadas em 2009, na Dinamarca, e em 2010, no México, pelas revistas brasileiras e portuguesas, concluímos que há a predominância do discurso ecotecnocrático (CAPORAL; COSTABEBER, 2000), no qual são privilegiados os campos político e econômico. Os meios apresentam os eventos que discutem a temática ambiental apenas como um palco de disputa de poder e pelo reconhecimento público, enquanto as ações práticas para mudanças efetivas na área ambiental são deixadas em segundo plano.

Pela apresentação de resultados de análises empíricas, percebemos que o viés econômico é hegemônico. O discurso predominante, em parte, está atrelado ao mercado, associado às inovações tecnológicas, tanto quanto possível, chegando a ser um dos pilares definidos por Giddens (2010) para o enfrentamento das mudanças do clima. Segundo o autor, “o paradoxo de Giddens” afetaria quase todos os aspectos das reações atuais às alterações do clima, encontrando-se no centro de uma série de outras influências até mesmo no consumo das elites, na geopolítica e no papel dos países industrializados.

Neste sentido, destacamos que é preciso atentar para este espaço público midiático que ajuda a construir os discursos, ideias e representações sobre as questões públicas, sobre o próprio “bem comum”. Os meios de comunicação são um instrumento de difusão das visões de mundo, normalmente as já institucionalizadas e ligadas aos grupos hegemônicos. Há pouca, e por vezes nenhuma, pluralidade; as diversidades aparecem raramente, o que compromete a própria visão liberal de igualdade no acesso à comunicação e à informação.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. RJ: Zahar, 1997.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: Perspectivas para uma nova Extensão Rural. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v.1,n1, jan/mar. 2000, pp. 16-37.
- CARVALHO, Anabela (Org.) *As alterações climáticas, os media e os cidadãos*. Coimbra: Grácio Editor, 2011.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. SP: Contexto, 2007.
- _____. "Une éthique du discours médiatique est-elle possible?", *revue Communication* Vol.27, N°2, Éditions Nota Bene, Québec, 2009. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Une-ethique-du-discours-mediatique,168.html>. Acesso em: 5 mar. 2012.
- GIDDENS, Anthony. *A política da mudança climática*. RJ: Zahar, 2010.
- GUATTARI, Félix. Ecologia e movimento operário. In: *Movimento sindical e defesa do meio ambiente: o debate internacional*. RJ: IBASE, 2000. p. 13-22. Série Sindicalismo e Justiça Ambiental.
- HENRY, Paul. Os Fundamentos Teóricos da Análise Automática do Discurso" de Michel Pêcheux (1969). Trad. Bethânia Mariani et al. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- INDURSKY, Freda. O sujeito e as feridas narcísicas dos linguistas. *Gragoatá*, Niterói, n. 5, 2. sem. 1998, p. 111-120.
- KARAM, Francisco José. *A ética jornalística e o interesse público*. SP: Summus, 2004.
- PAIVA, Raquel. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: PAIVA, Raquel (org.). *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*. RJ: Mauad X, 2007. p. 133-148.
- PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA (IPCC), versão em português. Ecolatina: 2007. Disponível em: <http://www.ipcc.ch/pdf/reports-nonUN-translations/portuguese/ar4-wg1-spm.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2007.
- SCHMIDT, Luísa. Sociologia do ambiente: genealogia de uma dupla emergência. *Análise Social*, vol. XXXIV (150), 1999, pp. 175-210.
- TRIGUEIRO, André. Mídia: Meio ambiente na idade média. In: TRIGUEIRO, André (coord.). 4. ed. *Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Campinas/SP: Armazém do Ipê, 2008, pp. 75-89.
- VIOLA, Eduardo. Relações Internacionais. In: TRIGUEIRO, André (coord.). 4. ed. *Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Campinas/SP: Armazém do Ipê, 2008, pp. 183-198.